"SIMETRIAS INESPERADAS":
A HISTÓRIA CIFRADA DO *MEMORIAL DE AIRES*

Atilio Bergamini

UFC/ CNPq

Nicole Dourado de Moraes

UFC

Resumo: Argumentamos que Machado de Assis construiu o *Memorial de Aires*, seu último romance, publicado em 1908, considerando o que denominou tanto em críticas literárias quanto em passagens de sua prosa ficcional “assunto” e mesmo “assunto principal”. Demonstramos que o “assunto principal” do romance pode se ligar à constante desconversa, mudança de assunto, rejeição de pensar, simbolizar, narrar qualquer coisa a respeito dos “libertos”. Ao pensar o assunto do romance como a análise da “situação moral” da última elite escravista diante das ações e palavras dos “libertos”, procuramos mostrar que uma série de “simetrias inesperadas” criam a “lógica moral” pela qual o “assunto” é tratado.

Palavras-chave: *Memorial de Aires*; Machado de Assis; Escravidão; Abolição.

Abstract: Our essay argues that Machado de Assis constructed *Memorial de Aires*, his last novel, published in 1908, considering what he called “subject” and even “main subject”. These denominations appear in literary criticism and also in passages of his fictional prose, including the *Memorial*. We demonstrate that the *Memorial's* “main subject” can be linked to a constant disconversation, a change of subject, even a rejection of thinking, symbolizing, and narrating anything relating with the characters called “libertos” in the novel. Considering the novel subject as an analysis of the “moral situation” of the last slavery owners in the face of the actions and speeches of “libertos”, we seek to demonstrate that a series of “simetrias inesperadas” creates a “moral logic” by which the “subject” is treated.

Keywords: *Memorial de Aires*; Machado de Assis; Slavery; Slavery Abolition.

Em carta na qual comunica a Machado de Assis as impressões da leitura e releitura do *Memorial de Aires*, realizadas no “exemplar em provas”, Mário de Alencar, em meados de dezembro de 1907, expressou a seu amigo o sentimento de um desafio trazido pelas páginas recém frequentadas. Tratava-se da “originalidade da forma do romance”, na medida em que não existiria nenhum “com essa forma de diário”. Uma autobiografia, como a de Werther, era de “composição relativamente fácil”, “[m]as um diário de anotações da vida alheia com a naturalidade de observações e comentários íntimos, com o interesse crescente de um romance, e ao cabo um romance, é caso único” (Rouanet, 2019, p. 268 e 269). Seria um tanto inverossímil, prossegue o missivista, mas convence na medida em que Aires exprime seu inconsciente e suas contradições a respeito do amor por Fidélia.

Mário de Alencar trouxe diversos pontos que permaneceram questões vivas para a crítica machadiana. O *Memorial de Aires*, publicado em meados de julho de 1908, pela Garnier, apresenta um diário escrito por Aires e, ao mesmo tempo, um romance composto ou editado por M. de A. Tal edição foi sobretudo supressiva. A parte do diário relativa aos anos de 1888 e 1889, “se for decotada”, afirma M. de A., de circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões, “pode dar uma narração seguida”. O decote, o desbaste e o estreitamento do diário ocorrem, ficcionalmente, por volta ou pouco antes de 1908, e visam conservar, sem pachorra nem habilidade, “só o que liga o mesmo assunto” (p. 63)¹.

Em trabalhos anteriores, analisamos o uso, por Machado de Assis, da categoria “assunto” em leituras críticas de romances, desde o início da década de 1860 até poucos meses antes de sua morte (Bergamini, 2013, 2023 e 2024). Analisamos igualmente maneiras como o autor utilizou a noção nas suas ficções. Para os propósitos deste ensaio, queremos recuperar a conclusão destes trabalhos: na composição de romances, de acordo com Machado, uma “lei literária” é a mais importante: o “assunto principal” deve ser tratado pelo ficcionista por meio da “análise das paixões e dos caracteres”, da “pessoa moral”, da “lógica moral dos sentimentos”, ou

¹ As referências ao *Memorial de Aires* designarão sempre a página relativa à edição crítica realizada pela Comissão Machado de Assis. Cf. ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Para facilitar a consulta a outras edições, antecedemos à paginação da edição crítica também a data da entrada do diário ficcional de Aires referente à citação, quando for o caso.

ainda da “situação moral” das personagens e da “pessoa que narra”². A análise precisa ser realizada por meio das ações das personagens. Aristotelicamente, paixões e caracteres surgem na e da ação. Nas análises de romances alheios, assim como na escrita de seus próprios romances e contos, Machado trouxe diversos exemplos de assuntos e são os seguintes os que consideramos os mais exemplares para os nossos propósitos.

Em *Sombras e Luz*, romance do português Bernardino Pereira Pinheiro, o assunto seria as glórias e acertos do reinado de Dom Manuel, mas, de acordo com Machado, o autor cuidara “miudamente” das situações e fatos, deixando de tratar – também miudamente, supõe-se – dos sentimentos morais das personagens (Assis, 2008, v. 3, p. 1060). Já em uma novela inventada pelo vilão de um conto veiculado no *Jornal das Famílias*, o “assunto simples” levava à análise das atribulações de uma perjura que esqueceu juramentos feitos na juventude. Por sua vez, em *Iracema*, de José de Alencar, o “assunto principal” seria a fundação do Ceará, os amores de Iracema e Martim e os ódios das nações inimigas, os Potiguara e os Tabajara (Assis, 2008, v. 3, p. 1113).

Nestes exemplos – apenas três entre dezenas –, apresentam-se dois assuntos simples e um assunto complexo. Os assuntos simples diferem entre si: um é de índole mais privada (as atribulações morais de uma mulher), o outro de índole mais pública, ligado à história oficial portuguesa (as glórias e acertos do reinado de Dom Manuel). O assunto complexo é a um só tempo privado e público (os amores de um casal e a fundação do Ceará em meio aos conflitos entre os Tabajara e os Potiguara). Machado tendia a preferir assuntos complexos, mas aceitava assuntos simples desde que colocassem em ação, para serem analisados, as paixões e os caracteres, os sentimentos morais, ou ainda a situação moral das personagens e da “pessoa que narra”. A respeito desta última instância ficcional, Machado chegou a argumentar que ela precisava “ter uma alma” (Assis, 2008, v. 3, p. 1108).

Na composição do *Memorial de Aires*, o editor ficcional M. de A. conservou “só o que liga o mesmo assunto”, expressão parecida com aquela utilizada por Machado

² Conferir a este respeito o ensaio de José Luiz Passos (2007), sobre a “pessoa” na literatura machadiana. No *Memorial*, Aires se refere, como mostraremos a seguir, ao estudo da “situação moral” da personagem Fidélia, próximo portanto à linguagem teórica a respeito do romance que Machado vinha utilizando há décadas.

para analisar o romance *Iracema*, de José de Alencar, em resenha de 1866. Naquela ocasião, Machado afirmou que os episódios de *Iracema* estão “ligados ao assunto principal” por meio da exteriorização em ações dos caracteres das personagens. A semelhança espantosa entre os modos como M. de A. se expressou em 1908 e como Machado se expressou em 1866 ajuda-nos a formular uma questão aparentemente simples, mas correlata ao modo como o próprio Machado lia e, assim supomos, escrevia romances. Ele lia se perguntando qual era o assunto e até mesmo o assunto principal de um romance – e de obras literárias em geral –; e supomos que escreveu compondo, nas ações das personagens e da pessoa que narra, um assunto ligado à “situação moral” delas.

Que seria este assunto tratado a partir da “alma” de Aires e da situação moral das demais personagens no *Memorial*? De acordo com Gabriela Kvacek Betella (2007, p. 119), seria a parcialidade de Aires a respeito das angústias do casal Aguiar em torno de seus filhos postiços. Esta definição se aproxima e ao mesmo tempo se distancia daquela de John Gledson (1986, p. 217), que, anos antes, a formulava com um questionamento: se o ponto era narrar as angústias do casal Aguiar a respeito dos filhos postiços, por que situar a narração de Aires e a narrativa à qual ela se refere nos meses anteriores e posteriores ao fim oficial da escravidão? Gledson conclui que, com efeito, o romance “conta a verdadeira história da Abolição” (2003, p. 254-255). Para ele, o narrador do *Memorial* é um “romancista embutido num memorialista”, “ansioso por contar uma história” e “encontrar enredos nos acontecimentos”, cabendo a quem o lê “uma saudável desconfiança em relação ao narrador” (1986, p. 229).

Pedro Meira Monteiro (2016) pontua que, na narrativa machadiana, os referentes – ou, como chamamos, “assuntos” – aparecem diluídos em uma espécie de horizonte borrado. Para ele, no último livro de Machado, essa poética da ausência de contornos verte em um apagamento do futuro – sobretudo àquele que diz respeito à história do Brasil, tendo em vista o fracasso das promessas da República, atravessado também pela herança da escravidão. A esse arranjo, Monteiro atribui a condição de narrativa tardia do romance. O *Memorial de Aires*, nesse sentido, é entendido como uma “prosa fenecente”, a qual se combina com os últimos momentos do autor, que ficcionaliza, em sua fase derradeira, um processo de irrealização histórica.

O conselheiro Aires, diplomata aposentado e sexagenário, mostra-se, em princípio, interessado na situação moral dos caracteres que descreve e compõe em seu diário. Na superfície, é em especial sobre a trajetória de Fidélia, apontada mesmo como o seu “objeto de estudo”, que se desenvolve a matéria do *Memorial* desde o ponto de vista de Aires. Não sem culpar o ócio, o memorialista se empenha em compor a “situação moral” da viúva e de seus pares, de maneira que, à forma diário, coloca-se um tópico cuja motivação lhe confere certos ares de romance; isto é, sem antes considerar o decote promovido pelo editor, pode-se observar uma estrutura e um esforço de composição nas memórias do conselheiro: como são apresentadas as personagens, seu posterior desenvolvimento e análise, produto do que Aires escolhe contar.

A narração, portanto, é resultado da ação de duas personagens, Aires, que escreve um diário – ou um “memorial” –, e M. de A., que, anos depois, decota, desbasta e estreita os manuscritos. Portanto, parte significativa do desejo por contar uma história e encontrar enredos é de M. de A., e de quem lê o romance. Logo, é preciso considerar qual assunto, talvez “inconsciente” para Aires, como bem percebeu Mário de Alencar, é “ligado” pelas ações das personagens, que criam, por sua volta, a possibilidade de uma análise das paixões e dos caracteres, dos sentimentos morais, da lógica moral dos sentimentos, ou das atribulações morais das personagens, da pessoa que narra (Aires) e da pessoa que edita a narração (M. de A.).

Em *Ressurreição*, seu primeiro romance, Machado (2008, v. 1, p. 236) trouxe, na advertência à primeira edição, a explicitação do “pensamento” de Shakespeare que é posto em ação pelas personagens da obra, resultando na análise dos caracteres conflitantes da personagem principal, Félix (“Our doubts are traitors,/ And make us lose the good we oft might win,/ By fearing to attempt”). Pouco a pouco, nos demais romances, o escritor parece ter encriptado o assunto principal, tornando sua decifração um desafio para sempre em aberto.

No caso do *Memorial*, um possível assunto aparece desde as primeiras páginas e parece ser o romance encontrado nelas pela fortuna crítica desde Mário de Alencar: a situação moral das personagens e da pessoa que narra a respeito da viuvez e possível novo casamento de Fidélia. A composição, em si mesma repleta de ironias machadianas, vai insistindo na questão: essa viúva casa ou não casa? Porém, outro

assunto – que é dialeticamente o mesmo assunto – propõe-se repetidamente, diríamos até ostensivamente, a análise das paixões e caracteres em torno da seguinte pergunta: “e os libertos”?

Em 19 de abril de 1888, o Barão de Santa-Pia alforria os escravos, como maneira de criticar o governo por se imiscuir nos negócios supostamente privados a respeito da escravidão (Chalhoub, 1990)³. Uma vez “libertos”, os trabalhadores que moram na fazenda Santa-Pia se tornam preocupação constante em falas, silêncios, ações e inações de todas as personagens principais do romance. Primeiramente, do Barão de Santa-Pia, em seguida de Fidélia, e logo do casal Aguiar, do desembargador Campos, e sempre do próprio Aires, sem falar de Cesária e de Faria (que introduzem o tema do blefe no enredo), assim como de Rita e de José. De fato, de acordo com nossa hipótese, Machado planejou o romance de tal maneira que todas estas personagens desenvolvem um aspecto do mosaico de paixões e caracteres, dos sentimentos morais, que criam o assunto principal, como se verá a seguir.

Quando tenta evocar pela primeira vez o assunto dos “libertos”, pouco mais de um mês depois da abolição, Aires percebe algo estranho: “Eu, para espanar a melancolia da sala, perguntei se os negócios do barão iam bem, e se os libertos... Aguiar volveu a ser gerente de banco e expôs-me algumas coisas sobre o plantio do café e os títulos de renda” (16/06/1888, p. 109). Na fala de Aguiar, a riqueza produzida pelos escravos se torna “plantio de café” e “títulos de renda”, podendo aparecer deste modo. Todavia, as reticências do trecho são explícitas ao indicar um constrangimento diante dos “libertos” como assunto. É como se o assunto, neste trecho, fosse a mudança de assunto.

Dias depois do constrangimento – ou da rejeição – de Aguiar responder sobre a situação dos libertos, foi a vez do desembargador Campos, tio de Fidélia, contar que a sobrinha foi à fazenda. De acordo com o relato, ela pretendia vender as terras, pois “a lavoura decaía”, ainda que os “libertos” estivessem “bem no trabalho”. Aires anota, em 10 de agosto, que os libertos pediram que Fidélia não vendesse a fazenda e que os levasse para a Corte.

³ A paráfrase do romance apresentada a seguir reelabora trechos trabalhados em Bergamini, 2023 e 2024.

Dias depois, em 21 de agosto, Fidélia confidencia a Aires sentir falta do pai e do marido mortos. Na sequência: “Também falou da fazenda e dos libertos, mas vendo que o assunto era já demasiado pessoal, mudou de conversa, e cuidamos da cidade e das ocorrências do dia” (p. 129). Posto que a palavra “assunto” aparece no trecho, ele se torna especialmente sensível para nossa reflexão. A esta altura, a mudança de assunto da situação da vida dos libertos vai sendo reforçada, ação após ação, silêncio após silêncio, como a “lógica moral dos sentimentos” dos caracteres no pós-Abolição.

É assim que em 3 de outubro, Campos conta para Aires que os libertos estão abandonando o trabalho, apesar da amizade que têm ou “dizem ter” por Fidélia. A conversa, entrecortada por interditos, evidencia que Campos e Fidélia não se importam com possíveis fugas, tratando, antes sim, de incentivá-las. “Quer-me parecer”, afirma Campos, “que ela teme menos a fuga dos libertos que outra coisa...” (p. 152). Pouco a pouco, a contrapelo, o romance evidencia uma série de ações dos “libertos”, negociando, fugindo, espalhando rumores, e instando fazer “outra coisa”, para Fidélia e Campos, piores do que a fuga... Em termos formais, as reticências aparecem como o modo de Aires escrever – e M. de A. compor – uma narrativa a respeito dos planos dos libertos tais como compreendidos pelas personagens que protagonizam o *Memorial*. Três dias depois, Aires e mana Rita se encontram e eles suscitam os assuntos da “fuga dos libertos” e do projeto da viúva de ir à fazenda para resolver a questão, por ter “muito prestígio” entre eles.

No ano seguinte, 1889, em 8 de abril, o casamento entre Fidélia e Tristão está arranjado e ficamos sabendo que os “libertos” continuam no trabalho “por ela”. Aires afirma que pensou em redigir uma reflexão sobre escravidão e liberdade, mas não lhe interessava a fazenda e sim a fazendeira da cidade, Fidélia.

Em 15 de abril, Tristão confidencia a Aires que Fidélia não mais pretende vender Santa-Pia. Para o memorialista,

uma vez que os libertos conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse a fazenda e a desse aos seus cativos antigos? [...] Se [Tristão e Fidélia] não têm de ir viver na roça, e não precisam do valor da fazenda, melhor é dá-la aos libertos. Poderão estes fazer a obra comum e corresponder à boa vontade da sinhá-moça? É outra questão, mas não se me dá de a ver ou não resolvida; há muita outra coisa neste mundo mais interessante. (15/04/1889, p. 206)

E no dia 28 de abril, ocorre uma espécie de fechamento do enredo dos libertos: “Lá se foi Santa-Pia para os libertos que a receberão provavelmente com danças e com

lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira...” (p. 207).

Deixamos de fora até aqui, para analisarmos a seguir, uma ação da personagem José e as anotações e esquecimentos de Aires em torno do 13 de maio de 1888. Antes disso, queremos propor uma síntese analítica da paráfrase recém realizada. O violento oxímoro exposto por Campos a respeito de uma possível “fuga dos libertos” – afinal, se são libertos, fugiam do quê? – parece se articular às diversas reticências, desvios, rejeições e censuras em torno do assunto. De fato, é sempre indecoroso para a elite encenada no romance formular publicamente ou sequer privadamente o assunto do porvir dos “libertos”. Aires nota isso na conversa ocorrida um mês e pouco após a abolição, com Aguiar, que desvia o assunto, deixando no lugar reticências e silêncio. O gesto de Aguiar se repete em conversa de Aires com Fidélia, para quem a questão dos “libertos” remontava a um “assunto demasiado pessoal”, como aliás tinha argumentado o próprio Santa-Pia. Fidélia sente “o assunto” como mais pessoal do que a falta que sente do pai e do marido mortos e é neste sentido que podemos afirmar que o romance apresenta – a contrapelo – a situação moral das últimas elites escravistas em relação às ações dos “libertos” no pós-Abolição como o mais subjetivo dos problemas dos herdeiros do escravismo. Entre as personagens, o casal Aguiar talvez esteja mais ostensivamente determinado a interditar o assunto, como se percebe no episódio – que analisaremos a seguir – das cartas confundidas por Aires no dia 14 de maio de 1888. O casal patusqueiro, Cesária e Faria, acrescenta a ideia de que há um blefe em torno do assunto⁴. Aires por sua vez nega por três vezes de modo bastante cínico que os libertos ou Santa-Pia lhe interessem. Em meio a silêncios, interditos, censuras e trocas de assunto, a síntese airesiana é a seguinte: “[A questão dos libertos] [é] outra questão, mas não se me dá de a ver ou não resolvida; há muita outra coisa neste mundo mais interessante” (p. 206).

Fica nítido que o assunto do *Memorial* seria, do ponto de vista de Machado, um assunto complexo, parecido com aquele encontrado pelo escritor em *Iracema*. A um só tempo, o romance encena a situação moral das personagens a respeito da vida dos

⁴ Eduardo de Assis Duarte assinala: “A doação da fazenda é uma referência evidente ao projeto do Senador Dantas, derrotado no nascedouro, que previa a entrega aos libertos de trechos de terras públicas localizadas nas margens das estradas de ferro do Império” (2020, p. 323)

libertos na nova sociedade, e a situação moral das personagens a respeito da viuvez e possível novo casamento de Fidélia. Todas as personagens do romance fazem ou falam algo em torno do “assunto principal”, criado a partir de uma série de ações que permitem analisar “miudamente” – digamos que de reticência em reticência – a situação moral das personagens.

Dialogando com o gesto interpretativo de John Gledson, precisamos então perguntar: por que Fidélia e Tristão, estes irmãos postiços, que se casam em um incesto postiço, “liga-se” ao assunto ou liga o assunto da situação moral das últimas elites escravistas diante da vida dos “libertos” no pós-abolição – e vice-versa? A tentativa de responder a esta pergunta exigirá outro trabalho, que precisa ter, como base, a verificação da nossa hipótese de leitura de que, no plano composicional de Machado, o casamento de Fidélia e Tristão e o destino dos “libertos” no pós-abolição engendram, ambos, um mesmo assunto complexo. É a entrada de 14 de maio de 1888 aquela que mais enfaticamente, ao longo do romance, liga estas duas facetas do assunto – ou liga o assunto por meio destas duas facetas. É meia-noite. A Abolição acabou de ser proclamada.

Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular. Saí agora do Flamengo, fazendo esta reflexão, e vim escrevê-la, e mais o que lhe deu origem.

Era a primeira reunião do Aguiar; havia alguma gente e bastante animação. Rita não foi; fica-lhe longe e não dá para isto, mandou-me dizer. A alegria dos donos da casa era viva, a tal ponto que não a atribuí somente ao fato dos amigos juntos, mas também ao grande acontecimento do dia. Assim o disse por esta única palavra, que me pareceu expressiva, dita a brasileiros:

– Felicito-os.

– Já sabia? perguntaram ambos.

Não entendi, não achei que responder. Que era que eu podia saber já, para os felicitar, se não era o fato público? Chamei o melhor dos meus sorrisos de acordo e complacência, ele veio, espalhou-se, e esperei. Velho e velha disseram-me então rapidamente, dividindo as frases, que a carta viera dar-lhes grande prazer. Não sabendo que carta era nem de que pessoa, limitei-me a concordar:

– Naturalmente.

– Tristão está em Lisboa, concluiu Aguiar, tendo voltado há pouco da Itália; está bem, muito bem.

Compreendi. Eis aí como, no meio do prazer geral, pode aparecer um particular, e dominá-lo. Não me enfadei com isso; ao contrário, achei-lhes razão, e gostei de os ver sinceros. Por fim, estimei que a carta do filho postiço viesse após anos de silêncio pagar-lhes a tristeza que cá deixou. Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem. Novamente os felicitei, com ar de quem sabia tudo. (14/05/1888, p. 97)

Na ficção machadiana, cartas são sempre uma questão; ele as ironizou desde cedo na sua trajetória. No conto “Casada e viúva”, publicado em 1864 no *Jornal das Famílias*, por exemplo, o vilão da história inventa a novela que tem o assunto simples

ao qual nos referimos anteriormente, as atribuições da alma de uma formosa dama que esqueceu juramentos de amor feitos na juventude. O vilão reclama que o final da suposta novela é mal resolvido, pois a chegada de uma carta soluciona o enredo. São as cartas, vale lembrar, um dos pontos criticados por Machado nos romances de Eça de Queiroz.

No *Memorial*, as cartas chegam bem antes do final do enredo. Mas impressiona que Machado tenha criado um ponto do enredo no qual uma carta (a “carta” de libertação dos escravos) seja explicitamente relacionada a outra carta (a de Tristão). Geralmente, quando usava artifícios assim, Machado preferia a alusão indeterminada. No *Memorial*, é o caso do jogo de *poker* trazendo o blefe dos Estados Unidos para o Brasil, por meio de Cesária e Faria. Podemos interpretar o blefe, como faz John Gledson, na chave da Abolição, como blefe; a Abolição que abandonou populações brasileiras negras a condições genocidas de vulnerabilidade social. Porém, esta interpretação é um efeito estético, um ato de leitura. Já a ligação entre a carta da Abolição e a carta de Tristão é feita de modo explícito, sendo um gesto de escrita de Aires e um gesto de edição de M. de A. Diante destes gestos, resta, ao leitor, pouco espaço para afirmar que uma carta não tem nada a ver com a outra. O romance parece composto para que não haja dúvidas a respeito da relação entre elas. Isso acontece no momento das ações que poderíamos identificar, aristotelicamente, como peripécia e reconhecimento – portanto, do ponto de vista da composição formal, um dos mais importantes.

Conforme é lido o *Memorial*, pode-se inferir que as linhas narrativas simbolizadas nas duas cartas coexistem ao longo das entradas do diário decotado, desbastado e estreitado na forma de um romance, uma narração seguida. À medida que é contada a história de Fidélia, da fazenda de Santa-Pia, do casal Aguiar e de outros – a matéria que alimenta o diário do conselheiro –, em paralelo, literalmente em reticências, outro enredo ganha forma a partir dos silêncios que, não apenas por capricho ou veleidade sexagenária, Aires anota a partir de vários silêncios alheios. Vinte anos após a Abolição, tais espaços são ecoados por um “saber a mais” do editor, M. de A., que, na ação da edição, costura, não sem certo anacronismo crítico proposital, as informações do tempo que separa a data dos acontecimentos ficcionais (1888-89) da publicação do romance (1908). O “saber a mais” de M. de A. em relação a Aires tem

como característica uma espécie de onisciência histórica, afinal Aires escreve cada entrada sem saber se vai haver Abolição, República, o novo casamento de Fidélia etc., ao passo que M. de A. já sabe que houve Abolição, houve República, houve casamento e houve algo mais, que, assim nos parece, é o “pensamento” ou “assunto” que liga o romance.

Se, por um lado, o enclausuramento das personagens nas formas privadas e em uma espécie de dialeto bancário dos salões recobre a elaboração da situação moral das mesmas e da pessoa que narra no que se refere a um assunto histórico – isto é, a vida e os planos dos libertos na escravidão e sua ruína –, por outro, a segunda linha narrativa o concretiza. Com efeito, o romance é composto por o que Aires denomina “simetrias inesperadas”, “datas aniversárias”, e por outros planos narrativos em paralelo (cf. 15/06/1888, p. 108). Uma história é contada por meio de outra história, uma carta por meio de outra carta; determinadas paixões sócio-históricas, como aquela que se relaciona, nas subjetividades encenadas no romance, aos “libertos”, só podem se expressar por meio de narrativas estranhas a elas. Uma carta privada faz desaparecer do horizonte simbólico a outra carta, pública, e, ao fazê-la desaparecer, conta a história de uma não-narração, um silenciamento, uma ostensiva mudança de assunto.

As simetrias inesperadas engendrariam um comentário sobre o Brasil pré- e pós-Abolição, tornando possível o desenvolvimento de um tópico suspenso, que, como vimos, é foracluído pelas vozes presentes na narrativa⁵. O romance, por meio da fisionomia do editor, narra uma história que nem a memória nem a reflexão de Aires querem “ver” – e preferem rejeitar.

Retomemos agora a relação entre as anotações de Aires no 13 de maio e uma ação da personagem José na entrada de 17 de outubro de 1888, lendo esta a partir daquela, tal que uma parece comentar a outra, “simetricamente”. Em suas reflexões acerca da lei de emancipação dos escravos e da “mancha de atraso” que representava a escravidão, Aires escreve:

⁵ O conceito de foraclusão – “a rejeição de um significante primordial” – aparece na obra de Jacques Lacan como modo de analisar a Verwerfung, ou rejeição, conceito inicialmente utilizado por Freud no ensaio sobre o “Homem dos Lobos”. Uma rejeição, afirma Freud, é diferente de uma repressão. A obra chave para pensar o problema desde a perspectiva de Lacan é o livro 3 dos seminários, *As psicoses*, no qual encontramos extensas reflexões a respeito daquilo que “foi posto fora da simbolização” (p. 60), de “alguma coisa não simbolizada” que, uma vez “rejeitada”, manifesta-se “no real”, na forma de angústia e em repetições pouco ou nada simbolizadas (p. 100 e 101).

Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles ensaios de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde a ‘casa Gonçalves Pereira’ lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador. (13/05/1888, p. 96-7)

A anotação de Aires, inicialmente na primeira pessoa do singular, engloba agora uma coletividade, “nós”, que certamente deverá empreender o apagamento da memória da escravidão. As leis, decretos e avisos podem ser queimados, afinal. Ao passo que podem restar os atos particulares, escrituras e inventários, a instituição da história e da poesia, todos lugares de memória. Este episódio, aponta Eduardo de Assis Duarte (2020, p. 323), parece remeter à ordem dada pelo ministro Rui Barbosa durante o governo provisório vigente após a proclamação da República, que previa que uma série de documentos relativos à escravidão no país deveriam ser queimados. Se pensarmos na lógica de composição do romance, parece que Machado pega as mãos de Aires e de M. de A. para mostrar que “os fatos” – do ponto de vista do romance machadiano – só importam na medida em que são compreendidos pelos modos como cada pessoa torna o mundo e a si mesma verossimilhantes. O nome “factual” do comprador e a moeda utilizada pelo vendedor pouco importam para Aires – já que na poesia de Heine o “nosso nome está perpétuo”⁶. Portanto, o assunto dos planos e da vida dos libertos no pós-Abolição aparece no romance por meio das atribuições morais das personagens e da pessoa que narra, o que nos faz pensar que, no *Memorial de Aires*, Machado deu uma forma magistral à ideia de romance que vinha construindo desde o início dos anos 1860.

Como foi dito, uma outra entrada pode ser lida em relação a de 13 de maio de 1888. Trata-se da mencionada ação do criado José, uma personagem importante para pensarmos o assunto que todos tentam calar – e sobre o qual ele parece tentar dizer, e diz, ainda que pelos rastros deixados na impressão estruturada por preconceitos de seu talvez ex-senhor, agora patrão. Esta outra entrada ocorre no final de outubro.

⁶ Nos valemos neste trecho das ideias de Walter Benjamin (2018, p. 17) em “As afinidades eletivas de Goethe”: “a percepção consumada do teor material das coisas em vigor coincide por fim com a percepção de seu teor de verdade. O teor de verdade revela-se como senda aquela do teor material”.

Vou ocupar o tempo em reler uns papéis velhos que o meu criado José achou dentro de uma velha mala e me trouxe agora. A cara dele tinha a expressão de prazer que dá o serviço inesperado; aquele gosto de descobrir papéis que podem ser importantes fazia-o risonho, olhos escancarados, quase comovido.

– V. Ex.a talvez os procure há muito tempo.

Eram cartas, apontamentos, minutas, contas, um inferno de lembranças que era melhor não se terem achado. Que perdia eu sem elas? Já não curava delas; provavelmente não me fariam falta. Agora estou entre estes dous extremos, ou lê-las primeiro, ou queimá-las já. Inclino-me ao segundo. Ante mim continuava o meu José com a mesma expressão de gosto que lhe deu o achado. Naturalmente agradecia à sua boa Fortuna que lho deparou; contará que é mais um elo que nos prenda. Talvez a ideia que o levou à mala fosse a esperança de algum valor extraviado, uma joia, por exemplo, ou ainda menos, uma camisa, um colete, um lenço, e sendo assim o silêncio era muito possível. Achou papéis velhos, veio fielmente entregar-mos.

Não lhe quero mal por isso. Não lho quis no dia em que descobri que ele me levava dos coletes, ao escová-los, dous ou três tostões por dia. Foi há dous meses, e possivelmente já o fazia antes, desde que entrou cá em casa. Não me zanguei com ele; tratei de acautelar os níqueis, isso sim; mas, para que não se creia descoberto, lá deixo alguns, uma vez ou outra, que ele pontualmente diminui; não me vendo zangar é provável que me chame nomes feios, descuidado, tonto, papalvo que seja... Não lhe quero mal do furto nem dos nomes. Ele serve bem e gosta de mim; podia levar mais e chamar-me pior.

Resolvo mandar queimar os papéis, ainda que dê grande mágoa ao José, que imaginou haver achado recordações grandes e saudades. Poderia dizer-lhe que a gente traz na cabeça outros papéis velhos que não ardem nunca nem se perdem por malas antigas; não me entenderia. (17/10/1888, p. 159-160)

Lembremos que José, Rita e Aires são as únicas personagens comuns de *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*. À margem do enredo, assim como os “libertos” de Santa-Pia, a personagem aparece em meio às discussões a respeito da escravidão e de seus desdobramentos, tanto no romance de 1904 quanto no diário do conselheiro. No episódio destacado, a comoção de José diante dos documentos encontrados é ofuscada pela dissimulação de Aires, sequioso de esquecimento. José quer que o patrão lembre, Aires quer esquecer e extinguir. A respeito da euforia do criado, é apenas o patrão quem fala, distorcendo o desejo de José – movimento semelhante àquele que atravessa a relação dos “libertos” com Fidélia e as impressões que as outras personagens fazem dela. Desconfiando disso, podemos perguntar: o que José gostaria que fosse lembrado? O que Aires precisa queimar?

Se não aparecem as falas dos “libertos” e do criado, se calam e dissimulam os senhores, a leitura a ser feita pede atenção aos rastros e vestígios da impressão de suas ações. Nesse sentido, a entrada de 17 de outubro de 1888, lida à luz da reflexão feita no 13 de maio, parece sintetizar o ímpeto de apagar e queimar a memória da escravidão, de maneira a se desvincular da sua continuidade. Os documentos queimados diante da comoção de José concretizam o esquecimento que antes Aires glosou. As cartas, apontamentos, minutas, contas, todo esse “inferno de lembranças”,

parecem, diz-nos José, envolver algo de seu interesse, relacionado à escravidão, ou, quem sabe, à liberdade propriamente dita, ao desejo de ser pensado nos anos de serviço e após eles. Qualquer lembrança, no entanto, é queimada antes mesmo de constituir memória. Tendo em vista que só podemos contar com rastros em vozes e ações arrevesadas, e que estamos escutando uma constante desconversa, é esta desconversa, é aquele arrevesamento que vai dando contorno às situações morais das pessoas ficcionalizadas no *Memorial*, entre a impossibilidade de esquecer e a necessidade de queimar memórias públicas e privadas.

Em comemorações íntimas ou às portas dos bancos, apreciando música ou conversando sobre a Europa, as personagens do *Memorial* se fecham em si mesmas em momento de grande importância do século XIX brasileiro. Numa configuração em que o particular e trivial se destaca em detrimento do público, as únicas coisas que parecem tocá-las se resumem a “ódios locais” e a “alegrias particulares”. Neste fechamento em uma linguagem própria, alheia aos significados sociais, as personagens precisam de uma espécie de tradução. M. de A. parece tê-la realizado através de simetrias.

A reflexão acerca das simetrias é, todavia, dada, como todo o resto, com exceção da advertência, pela mediação da pena de Aires. Na entrada de 15 de junho de 1888, o conselheiro observa o alinhamento dos acontecimentos que levam Osório a Recife e Fidélia à Paraíba do Sul, ambos motivados pelas doenças dos pais. Este “acordo de fatos”, estranho às composições imaginadas por ser inverossímil, é, no entanto, a verdade: “há na vida simetrias inesperadas” (p. 108). Para conceber tais simetrias, são utilizadas outras palavras sinônimas, a exemplo de “acordo” e “paridade”. A ideia de simetria, neste sentido, pode ainda ser associada à correspondência, analogia ou conformidade – uma vez que diz respeito à possibilidade de aproximação entre duas ou mais situações semelhantes. No caso do *Memorial*, há uma recorrência sobre dualidades, como num movimento dialético.

Aires destaca simetrias inesperadas de ordem diversa, que atravessam toda a narrativa. Por meio de datas, episódios intercalados, referências literárias e acontecimentos mais ou menos acordados, um outro enredo se desenvolve e toma forma. O conselheiro, por exemplo, tem por hábito comemorar “datas aniversárias”, que, por sua vez, dados os acordos alusivos, parecem figurar alegorias históricas. Na

primeira entrada do diário, por exemplo, de 9 de janeiro de 1888, tem-se uma data aniversária que evoca outra – implícita. Aires, de volta à pátria há exatamente um ano (1887), comemora o aniversário de sua permanência na pátria natal, assim como faz na entrada de mesma data em 1889 – em que Tristão também fica no Brasil, adiando a volta para Portugal. Neste dia, em 1822, concretizava-se o conhecido “Dia do fico”, no qual o então príncipe regente D. Pedro I declarou sua permanência na ex-colônia americana, que se emanciparia ainda naquele ano – de forma a inaugurar o Império brasileiro.

Na entrada de 24 de fevereiro de 1888, a efeméride é da revolução de 1848. O conselheiro lembra sua juventude em São Paulo e de como brindara a Lamartine em razão dos atos revolucionários que, como se sabe, levariam ao Segundo Império na França. Há, desta forma, entre estas datas aniversárias, um ponto comum: a ascensão dos impérios brasileiro e francês. Ainda na mesma entrada, Aires compartilha uma impressão do desembargador Campos, para quem, no Brasil, também ruminava a revolução, “e com ela a República”. Comentamos anteriormente que Aires e seus pares de classe viviam a indeterminação histórica dos meses pré- e pós-Abolição, enquanto o editor, dispondo dos acontecimentos do último quarto do século dezenove brasileiro, e sob o benefício do afastamento temporal, sabia da rendição do Império pela República, assim como de suas consequências. As datas, seus correspondentes históricos e a forma como se ligam ao “assunto” são, neste sentido, pensadas para além do domínio da própria “pessoa que narra” e visualizadas perante um outro saber, o qual, além de levar a assinatura de M. de A., precisa ser composto por quem lê.

A memória a respeito da revolução de 1848 fica ainda mais marcada em sua relevância quando pensada ao lado de uma outra data lembrada, devido ao aniversário da batalha de Sedan, na entrada de 2 de setembro de 1888. Por sua vez, esta data rememora o marco do fim do Segundo Império francês em 1870, com a Comuna de Paris no ano seguinte. Aires pontua, assim, ainda que apenas indiretamente, a ascensão e a queda de um império – neste caso, o francês. Sobre isto, o editor interpõe, neste e nos outros eventos simétricos, a matéria local, validada pelas semelhanças que o texto “desbastado” ajuda a produzir. Sem que o saiba de todo, Aires acaba por dizer, também, da ascensão e da queda do regime imperial brasileiro.

As demais efemérides destacadas se referem a eventos nacionais: aniversários da Batalha do Tuiuti, da posse do Ministério Ferraz e da Constituição. Na entrada de 24 de maio de 1888, Aires aponta que os jornais comemoravam o aniversário do confronto mais sangrento da Guerra do Paraguai. É importante destacar aqui o que representara a Guerra do Paraguai no contexto nacional, considerando a obra de Machado de Assis como um sismógrafo da expansão do poder dos militares. A concentração de poder econômico e político na mão desta classe em específico, que vinha ganhando espaço ao longo da segunda metade do século, conforme acompanhamos nas obras machadianas, efetiva-se em grande escala sobretudo a partir da guerra. Se contarmos com este “saber a mais”, propositalmente anacrônico, que parece pairar sobre o *Memorial*, adicionamos uma reflexão acerca do que este fato anuncia: o golpe militar. O comentário composto pelo conselheiro, neste sentido, poderia figurar, deslocada e anacronicamente, uma reflexão a respeito do futuro nacional – tão pouco projetado pelas personagens –, a ser formado por uma República militar-oligárquica.

Como dito, este “saber a mais”, “sem pachorra nem habilidade”, é responsável por decotar, desbastar e estreitar a história que Aires narra mesmo sem saber ou sobretudo querendo esquecer. Há, portanto, uma espécie de ironia neste “saber a mais” do editor. Dado que Aires deseja, assim como as demais personagens, recobrir o assunto que lhes atribula a alma, o editor M. de A. se põe a suprimir os recobrimentos. A ficção assim encenada incita a pensarmos o desbastar de um silêncio, trabalhando, nos próprios termos dela, a construção social de uma censura dos planos e da vida dos libertos.

Portanto, Aires também diz através do que cala ou dissimula. Quando lembra o aniversário da posse do Ministério Ferraz, por exemplo, na entrada de 3 de agosto de 1888, é por reconhecê-lo como aquele que o fez secretário de legação. Este gabinete, conservador e pró-escravista, que vigorou entre 1859 e 1861, colocou-se estrategicamente para defender os interesses escravistas dos fazendeiros tradicionais e trabalhou no sentido de atrasar o fim do tráfico interprovincial, assim como foi responsável, sob o ímpeto da marcha econômica, por impulsionar a tradução da riqueza antes expressa no corpo dos escravos, em terras e safras, em uma “metalização dos fundos bancários”, uma “monetarização” da riqueza, cuidadosamente posta em

perspectiva irônica em sucessivas cenas do *Memorial*, sempre comentando apólices, ações e honorários⁷. Mais tarde, em razão da euforia provocada pela lei de emancipação, Aires escreve em seu diário: “Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da Abolição”. O entusiasmo demonstrado em seguida, ainda que em poucas linhas, a respeito da lei, cai por terra quando consideramos esta raiz de seus interesses em consonância com a melancolia que o domina no período pós-abolição. Assim como o próprio Santa-Pia, em uma simetria não tão inesperada assim, também Aires cai doente após a lei.

Em um diário no qual as “datas aniversárias” são tão recorrentes, a data aniversária de 13 de maio de 1889 que se referiria ao primeiro ano da Abolição, não é anotada por Aires. Esta data estar ausente acaba por reforçar, quem sabe pela mão de M. de A., a forclusão que estamos analisando ao longo deste ensaio.

As simetrias que cruzam a narrativa se referem, na nossa leitura, ao que liga o mesmo assunto, conforme o editor chama a atenção na advertência. Um dos fios da narração está para além do que é dito – não por acaso – num plano principal, aparecendo, por sua vez, a partir destas aproximações de ordem diversa, originadas depois dos decotes, desbastes e estreitamentos cuja ocorrência ficcional fundamenta o romance.

A partir da desnaturalização da ideia de “assunto”, buscamos investigar o que essa noção representa no *Memorial de Aires*. Uma vez compreendida a natureza complexa do assunto, a um só tempo relativo aos pensamentos das personagens a respeito de Fidélia e à situação moral deles diante da “questão dos libertos”, delineamos as ligações que repetidamente aparecem entre os dois enredos no romance. Além das cartas, as simetrias inesperadas, mediadas pela presença de uma outra instância ficcional, o editor dos cadernos, “ligam” o complexo assunto que compõe o *Memorial*, assim como possibilitam a sua elaboração no ato de leitura. Se nossa hipótese de interpretação pôde ser demonstrada, o *Memorial* guarda grande potência crítica, sendo uma narrativa na qual a forma incorporou, ancorada sempre na atribulada situação moral das personagens, modos de não-narrar, não-dizer, não-falar a vida dos “libertos” no pós-Abolição.

⁷ No ensaio “As atribuições dos gerentes do escravismo tardio” (Bergamini, 2024) analisamos com mais demora os usos ficcionais do Ministério Ferraz no *Memorial*, a partir de Joaquim Nabuco (1975) e Héran Enrique Lara Saéz (2011).

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Ressurreição. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.v.1.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. v. 3.
- BENJAMIN, Walter. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. Tradução de Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2018.
- BERGAMINI, Atilio. “As atribuições dos gerentes do escravismo tardio: a noção de assunto na composição do *Memorial de Aires*”. In: WERKEMA, Andréa Sirihal et al. (Orgs.). *Machado de Assis e os direitos humanos*. São Paulo: Alameda, 2024. p. 73-106.
- BERGAMINI, Atilio. “O 13 de maio de José da Costa Marcondes Aires”. In: GRANJA, Lúcia et al. (Orgs.). *Machado de Assis: o autor, o leitor, o crítico*. São Paulo: Alameda, 2023.
- BERGAMINI, Atilio. *Criação literária no outono do escravismo – Machado de Assis*. Tese. (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. *Os narradores de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin; Alameda; Edusp, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente*. 3.ed.rev.e ampl, Rio de Janeiro: Malé, 2020.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LACAN, Jacques. *As psicoses 1955-1956*. Versão brasileira de Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MONTEIRO, Pedro Meira. O outono da escrita: as últimas páginas de Machado de Assis e a promessa não cumprida do Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, n. 2, p. 227-239, jul. 2016.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- PASSOS, José Luiz. *Machado de Assis: o romance com pessoas*. São Paulo: Edusp; Nankin, 2007.
- ROUANET, Sérgio Paulo (Coord.). *Machado de Assis: correspondência*. Reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. São Paulo: Global, 2019. t. V: 1905-1908.
- SÁEZ, H. E. L. “A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do século XIX e suas consequências para a política econômica”. *Almanack*, n. 1, p. 66-87, jan. 2011.

Atilio Bergamini é professor adjunto de Teoria da Literatura e do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Ceará, com estágios pós-doutorais na

Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal de Goiás. Pesquisa respostas literárias a crimes contra a humanidade, tendo no modo como Machado de Assis simboliza a escravidão um de seus principais estudos de caso. Atualmente, pesquisa também a literatura nas grandes secas do século XIX e início do século XX nas províncias do então chamado Norte do Brasil. É bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq.

Nicole Dourado de Moraes é graduada em Letras (Português-Francês) e mestranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará. Como pesquisadora de Iniciação Científica, entre os anos de 2020 e 2023, atuou em três projetos vinculados ao Departamento de Literatura da instituição, com bolsas da UFC e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Funcap). Pesquisou sobre a obra de Machado de Assis; relações entre narrativa e trauma social; e representações indígenas na literatura cearense. Atualmente, dedica-se sobretudo a pesquisas em torno da obra de Machado de Assis e sua relação com a construção de memória sobre a escravidão no Brasil.

Recebido em 02/05/2024.

Aprovado em 15/06/2024.